

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	15
5.3 - Descrição - Controles Internos	18
5.4 - Programa de Integridade	21
5.5 - Alterações significativas	27
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	28

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	29
10.2 - Resultado operacional e financeiro	51
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	54
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	56
10.5 - Políticas contábeis críticas	57
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	59
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	60
10.8 - Plano de Negócios	61
10.9 - Outros fatores com influência relevante	63

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

#### (a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, a qual foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de abril de 2021 (“Política de Gerenciamento de Riscos”) e cuja aplicação é monitorada pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia.

Além disto, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta Ética, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e *Compliance*.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: <http://ri.korasaude.com.br/>

#### (b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, bem como do adequado cumprimento pelos Colaboradores da Companhia e Terceiros das leis e regulamentos aplicáveis à Companhia, em conformidade com seu Código de Ética e Conduta, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação, além de garantir a permanente aderência da Companhia e suas controladas referente às suas atividades e aos padrões ético e profissionais, que devem ser cumpridos pelos colaboradores e terceiros que, em virtude de suas funções, tenham acesso a informações relevantes sobre a Companhia, seus clientes e estratégias.

#### (i) Riscos para os quais se busca proteção

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nos itens 4.1 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- (a) Risco Estratégico: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade;
- (b) Risco Operacional: riscos relacionados à operação da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia e decorrem de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Podem se manifestar de diversas maneiras como, por exemplo, atos fraudulentos, interrupção do negócio, conduta incorreta de empregados, incapacidade produzir e/ou distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos, resultando em perdas financeiras, comerciais, multas fiscalizatórias e/ou impactos jurídicos e reputacionais;

- (c) Risco de Imagem: possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não, perante os clientes, concorrentes, fornecedores, órgãos governamentais, mercado de atuação ou comunidade, decorrentes de ações, atos e atitudes indevidas e impróprias;
- (d) Risco Financeiro: está associado à exposição das operações financeiras/contábeis da Companhia e confiabilidade do balanço patrimonial. Pode se materializar em decorrência de inefetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, expondo a Companhia à multas e penalidades;
- (e) Risco Legal, Regulatório e/ou de Compliance: riscos relacionados ao cumprimento de normas e legislação, considerando leis aplicáveis ao setor de atuação, leis gerais, nacionais e internacionais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/ fiscal), acordos, regulamentos, código de conduta e/ou demais políticas e perda de reputação e má formalização de operações (por exemplo, com órgãos reguladores, operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos ou lavagem de dinheiro);
- (f) Risco Socioambiental: risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio- ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade;

### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

As funções de controles internos da Companhia foram revisadas e reestruturadas no âmbito da oferta pública de ações, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Por esse motivo, as estruturas descritas abaixo, como o Comitê de Auditoria e *Compliance*, a Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* e a auditoria interna, podem não estar plenamente operacionais até a data da Oferta. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

Ainda, a Companhia possui Conselho de Administração desde sua implementação e área de *Compliance* desde maio de 2019, sendo que a composição de tais órgãos foi apenas alterada para atender aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado.

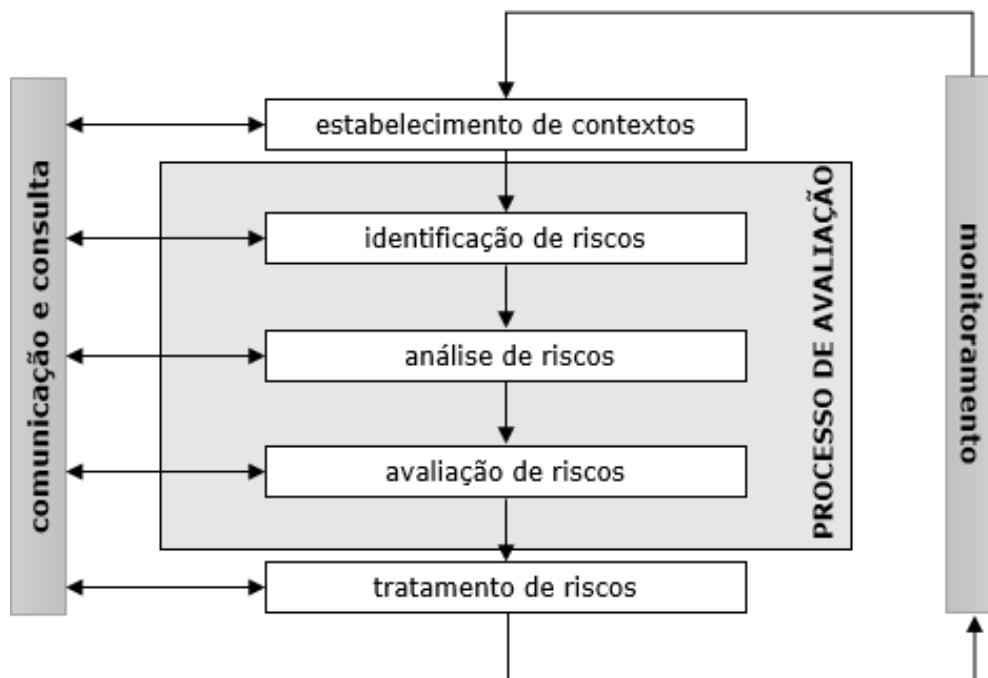
## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (a) Risco Estratégico: todo final de exercício, a Companhia reúne todos os seus executivos e profissionais chave para definição do planejamento estratégico do ano seguinte, assim como seu orçamento previsto. Para suporte à execução da estratégia, a Companhia possui programa de participação nos lucros e resultados para as pessoas-chave de sua administração com o objetivo de premiar o alcance e superação das metas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do negócio da Companhia em cada exercício social. Há reuniões periódicas de avaliação de resultados onde são discutidos indicadores de desempenho relacionados às metas e definidos planos de ação para correção do curso das operações em rumo ao cumprimento das metas;
- (b) Risco Operacional: a Companhia possui auditoria interna que, no decorrer do exercício, efetua testes nos controles internos para assegurar sua eficiência e eficácia. Dentre as funções das auditorias está julgar se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, os auditores recomendam melhorias que são validadas pelo Comitê de Auditoria e *Compliance* e implementadas pelos gestores dos processos. A equipe de auditoria interna acompanha o andamento dos planos de ação para correção das falhas nos controles até a sua conclusão, e se reporta ao Comitê de Auditoria e *Compliance* ou diretamente ao Conselho de Administração. Além disso, há acompanhamento mensal de indicadores de desempenho dos processos organizacionais nas reuniões mensais de resultado. Para indicadores com desempenho insatisfatório, são criados planos de ação para correção das situações identificadas;
- (c) Risco de Imagem: monitoramento contínuo pelo departamento jurídico e/ou por assessores terceirizados de eventuais situações, fatos, notícias que possam afetar as operações ou a imagem da Companhia e planejamento para endereçamento das questões suscitadas;
- (d) Risco Financeiro: o gerenciamento é realizado por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito, quando da necessidade de recursos externos. Além disso, a Companhia não efetua aplicações financeiras de caráter especulativo e com alto risco financeiro;
- (e) Risco Legal, Regulatório e/ou de Compliance: monitoramento contínuo pelo departamento jurídico e/ou por assessores jurídicos terceirizados do cumprimento de leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita e adequações necessárias;
- (f) Risco Socioambiental: monitoramento contínuo pelo departamento jurídico e/ou por assessores jurídicos terceirizados dos efeitos potenciais ou efetivos gerados pelas atividades da Companhia, em especial projetos *greenfield* e *brownfield* desenvolvidos pela Companhia, no meio ambiente e na sociedade.

O processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia foi elaborado à luz do disposto no "ISO 31000:2009 –

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos”:

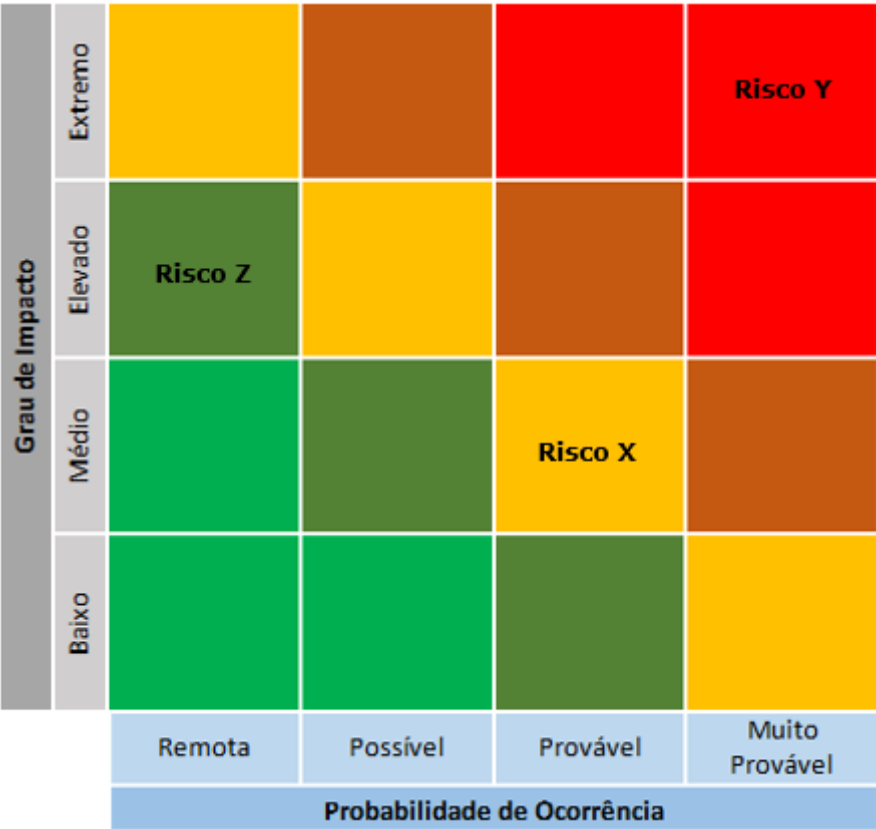


### Processo de Avaliação:

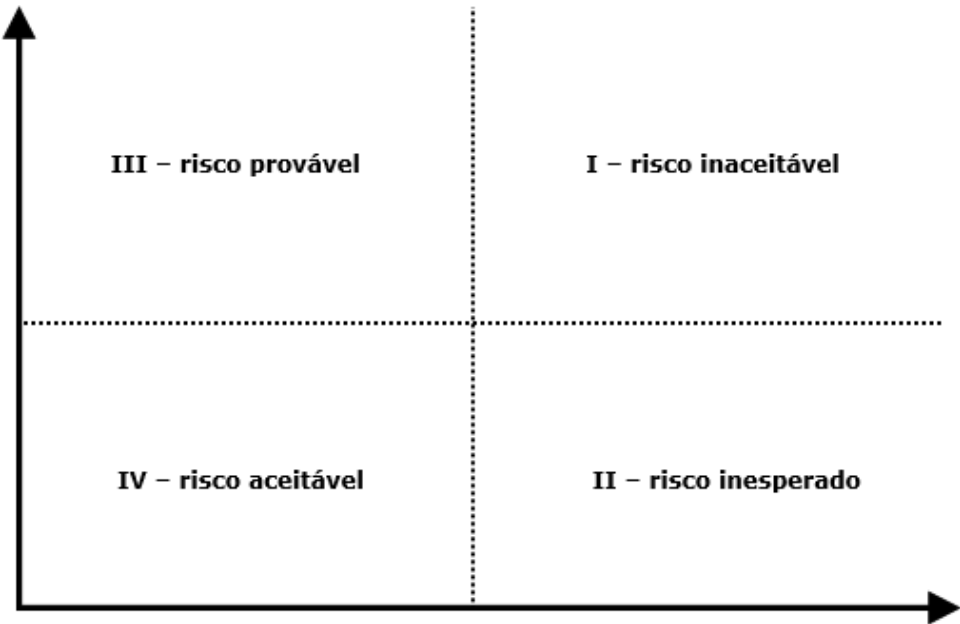
A avaliação dos riscos é realizada, principalmente, de acordo com o previsto abaixo:

- (a) identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- (b) análise dos principais riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos, conforme matriz de risco abaixo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos



(c) priorização e definição do limite (ou apetite) de cada risco que a Companhia e seus acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os riscos como de acordo com a matriz de priorização de riscos e as definições abaixo:



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**I - Risco Inaceitável:** Riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar a componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência.

**II - Risco Inesperado:** Riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer.

**III - Risco Provável:** Riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio – Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.

**IV - Risco Aceitável:** Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

### Tratamento

Após a avaliação, os Riscos devem ser tratados por meio de iniciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio da área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia, de forma a adequar a exposição da Companhia aos limites do risco aprovado.

As ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos riscos devem objetivar sua (i) eliminação, (ii) mitigação ou (iii) transferência à terceiros.

### Comunicação e Consulta

A comunicação dentro da estrutura de governança, deverá proporcionar as informações necessárias para que o Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria e *Compliance* e a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* exerçam suas responsabilidades e atividades na Gestão de Riscos.

A comunicação deve ser focada no desenvolvimento de uma compreensão clara e oportuna dos Riscos da Companhia.

A frequência e o nível de detalhamento das comunicações entre o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria e *Compliance* e entre a Diretoria e a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* devem ser suficientes para permitir o entendimento dos resultados das avaliações e seus impactos, bem como a reação em tempo hábil às indicações de eficácia.

A comunicação e a consulta entre os colaboradores da Companhia, sobre riscos e seu gerenciamento, deve ocorrer de forma contínua, visando o compartilhamento de informações e melhorias necessárias nos processos de

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

gerenciamento de riscos pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

O processo de gerenciamento de riscos deve ser observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

### Monitoramento

A partir da identificação dos riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita no item (iii) abaixo.

### Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*

O Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* é o responsável pela implementação e cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos estabelecidos por esta Política, em conformidade com as boas práticas, com o apoio e suporte da MCGC Consultoria em Governança Corporativa Ltda. (“MCGC”).

O Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* não deve atuar em funções ou em qualquer atividade que limite a sua independência.

Cabe ao Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* encaminhar à Diretoria da Companhia, as conclusões dos testes de controles internos efetuados pela MCGC, as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento e planos de ação, quando for o caso, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas planejadas, de acordo com cronograma específico para saná-las.

Neste sentido, são obrigações do Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, em conjunto com a MCGC, buscar que as atividades desempenhadas pela Companhia sejam exercidas de forma a:

- (a) assegurar que a linha de negócio opere em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis;
- (b) fazer interface com os órgãos reguladores, ambientais de vigilância e de fiscalização, com respeito às solicitações formais e promover ações corretivas no que for exigido;
- (c) desenvolver, implementar e atualizar políticas, procedimentos e processos para atender os requisitos de *Compliance*;
- (d) identificar as necessidades de treinamento e assegurar que todos os membros de staff realizamos treinamentos



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

necessários;

(e) assegurar que a Companhia e seus membros de staff tenham todos os registros exigidos e licenças para conduzir seus negócios;

(f) monitorar as atividades da Companhia de maneira proativa para detectar e prevenir violações potenciais às regras;

(g) conduzir exames de *Compliance* regulares para assegurar que a Companhia esteja aderente a um nível satisfatório de *Compliance*;

(h) conduzir investigações internas, quando necessário;

(i) rever e aprovar material de marketing, notadamente aqueles que têm necessidade de divulgação;e

(j) quando (e se houver) houver potencial quebra/violação de qualquer princípio, lei, regulamento ou requisito legal por um colaborador, o Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* deverá informar o Conselho de Administração da Companhia.

O Comitê de Auditoria e *Compliance* tem total autonomia para executar suas funções e tem a atribuição de fornecer consultorias frente a questões específicas de *compliance* e controles internos, bem como, fomentar discussões de temas pertinentes, analisar casos/situações excepcionais e definir as ações a serem tomadas.

A Companhia busca assegurar que as decisões sejam tomadas pelo Comitê de Auditoria e *Compliance* de maneira autônoma, tendo total discricionariedade no âmbito da sua área de atuação, inclusive para a apuração de eventuais descumprimentos às normas internas de conduta e legislação.

### Segurança da Informação

A área de Segurança da Informação da Companhia é responsável por revisar as Diretrizes da Política de Segurança da Informação e sempre que houver necessidade de discussão e revisão dessas

diretrizes, o Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* deve ser consultado.

A Companhia entende que deve garantir que as informações geradas, armazenadas, processadas e disponibilizadas pela Companhia sejam confiáveis e seguras.

Deve-se analisar o risco para toda liberação de acesso lógico, a funcionários e Terceiros, sendo o mesmo liberado somente a ambientes necessários à execução do trabalho. Periodicamente, este tipo de acesso deve ser auditado, verificando se o acesso concedido está de acordo com as necessidades da atribuição.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* é responsável por manter a Política de Segurança da Informação atualizada e, poderá a qualquer momento, e sem aviso prévio, verificar o conteúdo dos arquivos disponíveis no diretório interno e dos e-mails enviados e recebidos pelos profissionais da Companhia, sem que isto configure quebra de sigilo, com vistas ao cumprimento das normas de *Compliance*. Para que isso ocorra no que tange ao sigilo das informações produzidas ou recebidas pela Companhia, todos os colaboradores devem seguir firmemente os princípios abaixo:

(a) estar ciente de que as informações processadas, mantidas ou registradas em áreas de acesso restrito não podem ser transferidas ou transmitidas, por qualquer meio, a Terceiros ou Colaboradores de outras áreas da Companhia, independentemente de seu nível hierárquico, comprometendo-se a manter sigilo absoluto sobre elas e restringir o seu uso às estritas necessidades das funções que exerce;

(b) ser responsável pela guarda dos documentos relativos às suas atividades, certificando-se de que documentos confidenciais não permaneçam expostos, sendo ao final do expediente trancados devidamente armazenados em gavetas e arquivos;

(c) ter ciência de que as senhas de acesso à rede, bem como as senhas de acesso aos diversos sistemas utilizados na Companhia, são pessoais e intransferíveis, devendo ser mantidas em estrito sigilo;

(d) comprometer-se a não acessar informações para as quais não tenha sido autorizado, ou que não estejam relacionadas às suas atividades profissionais;

(e) não efetuar qualquer comentário ou revelação a outros Colaboradores ou a Terceiros sobre informações confidenciais, inclusive conversas de negócios em locais públicos, devendo restringi-las ao contexto de suas práticas profissionais; e

(f) estar ciente de que os e-mails enviados e recebidos por todos os Colaboradores da Companhia em ambiente interno e externo podem em eventual necessidade ser acessados para fins de controles internos.

### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

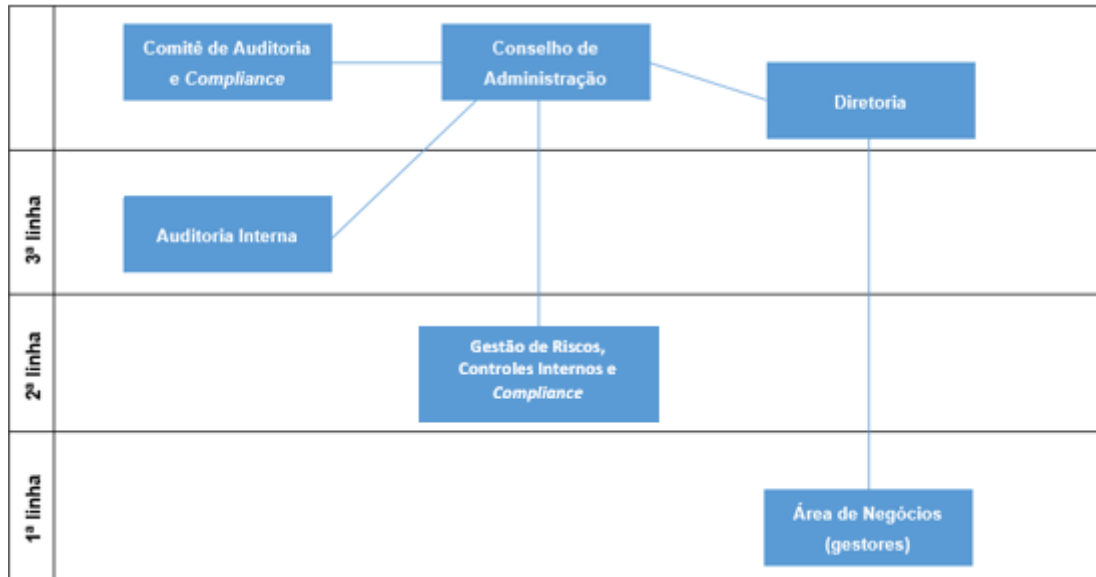
As funções de controles internos da Companhia foram revisadas e reestruturadas no âmbito da oferta pública de ações, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Por esse motivo, as estruturas descritas abaixo, como o Comitê de Auditoria e *Compliance*, a Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* e a auditoria interna, podem não estar plenamente operacionais até a data da Oferta. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

Ainda, a Companhia possui Conselho de Administração desde sua implementação e área de *Compliance* desde maio de 2019, sendo que a composição de tais órgãos foi apenas alterada para atender aos requisitos do Regulamento do

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Novo Mercado.

Seguindo o modelo de “Três Linhas de Defesa”, nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos, conforme descrito neste item



e estrutura hierárquica apresentada abaixo:

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável por:

- (a) aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia e suas futuras revisões;
- (b) determinar o Limite (ou apetite) por Risco e aprovar a Matriz/Modelagem de Risco, conforme proposta apresentada pela Diretoria, estabelecendo a cultura de Gestão do Risco dentro da Companhia;
- (c) tomar as principais decisões com relação ao processo de Gestão de Riscos da Companhia, incluindo as que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia, bem como fornecerà Diretoria, sempre que necessário, sua percepção quanto ao grau de exposição a Riscos, influenciando na priorização dos Riscos a serem tratados;
- (d) revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê de Auditoria e *Compliance*; e
- (e) avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos, com o assessoramento do Comitê de Auditoria e *Compliance*.

### Diretoria

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Diretoria é responsável por:

- (a) elaborar, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração, as diretrizes e a Matriz/Modelagem de Risco, propondo ainda os limites de exposição, impactos, e os limites (ou apetite) aos Riscos da Companhia;
- (b) definir, em conjunto com a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, os planos de ação para mitigação dos Riscos;
- (c) supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco; e
- (d) implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão de Riscos, disseminando a cultura da gestão de Riscos em toda Companhia.

### Comitê Estatutário de Auditoria e *Compliance*

O Comitê de Auditoria e *Compliance* é responsável por:

- (a) zelar pelos legítimos interesses da Companhia, no âmbito de suas atribuições;
- (b) promover, acompanhar e assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas, propondo alterações e atualizações quando necessário;
- (c) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;
- (d) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (a) sua independência, (b) a qualidade dos serviços prestados e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- (e) supervisionar o planejamento e a implementação de iniciativas da área de Auditoria Interna, bem como a instalação e as atividades da área de Auditoria Interna da Companhia (ou a contratação de auditor independente registrado na CVM, responsável por essa função), monitorando e avaliando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las;
- (f) acompanhar as atividades da área de Auditoria Interna e da área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia;
- (g) analisar e revisar os relatórios elaborados pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, de modo a consolidar tais informações e reportar suas conclusões trimestralmente ao Conselho de Administração, incluindo sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia;
- (h) monitorar a criação de novas leis e regulamentos aos quais a Companhia está ou possa vir a estar sujeita, bem como identificar fatos relevantes que possa influenciar as operações da Companhia, cabendo-lhe compartilhar tais fatos em reunião da Diretoria para definição de plano de ação, se necessário;
- (i) monitorar o cumprimento de leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita e de eventuais situações, fatos, notícias que possam afetar as operações ou a imagem da Companhia, cabendo-lhe compartilhar tais fatos em reunião da Diretoria para definição de plano de ação, se necessário;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (j) monitorar a tramitação de projetos envolvendo criação ou modificação de leis ou normativos e regulamentos emitidos por entidades governamentais, e seus efeitos, ainda que potenciais, sobre as atividades da Companhia, cabendo-lhe compartilhar a existência de tais mudanças em reunião da Diretoria para definição de plano de ação; e
- (k) monitorar os efeitos jurídicos potenciais ou efetivos gerados pelas atividades da Companhia relacionados aos riscos socioambientais nas atividades da Companhia, cabendo-lhe compartilhar a existência de impactos negativos em reunião da Diretoria para definição de plano de ação.

### Gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos

Os gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos, como primeira linha de defesa, com reporte para a Diretoria, são responsáveis por:

- (a) identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os limites de riscos;
- (b) comunicar, tempestivamente, à área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia, se os eventos de risco apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de risco;
- (c) implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos; e
- (d) em conjunto com a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, definir controles internos dos processos de suas respectivas áreas.

### Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*

A área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia, como segunda linha de defesa, e a qual se reporta diretamente para o Conselho de Administração, é responsável por:

- (a) assegurar que a linha de negócio opere em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis;
- (b) avaliar, ao menos uma vez ao ano, a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna para o regular desempenho de suas atribuições;
- (c) administrar o sistema de gerenciamento de Risco, monitorando a execução dos planos de ação definidos pela Diretoria;
- (d) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- (e) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;
- (f) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- (g) auxiliar a Diretoria na elaboração da proposta quanto às diretrizes, à Matriz/Modelagem de Risco, aos limites de exposição, os impactos e o Limite (ou apetite) aos Riscos da Companhia;
- (h) supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (i) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;
- (j) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolção de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;
- (k) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos;
- (l) implantar o Código de Ética e Conduta da Companhia, bem como, realizar a fiscalização do cumprimento das disposições de tal código, prestando esclarecimentos aos Colaboradores sempre que necessário, e promovendo atividades para divulgação e treinamento dos Colaboradores;
- (m) elaborar as políticas e normas de conduta e anticorrupção para os Colaboradores, fornecedores e clientes, atuando ativamente na sua divulgação e conscientização junto aos respectivos públicos;
- (n) avaliar e auxiliar os Colaboradores na identificação de situações que representem ou aparentem representar um conflito de interesses;
- (o) auxiliar as demais áreas da Companhia na celebração de contratos com fornecedores;
- (p) receber denúncias encaminhadas e instaurar e conduzir processos de investigação independente para sua apuração;
- (q) fazer interface com os órgãos reguladores, ambientais de vigilância e de fiscalização, com respeito às solicitações formais e promover ações corretivas no que for exigido;
- (r) identificar as necessidades de treinamento e assegurar que todos os membros de staff realizaram os treinamentos necessários e verificar regularmente o conhecimento por meio de exames de *compliance*;
- (s) assegurar que a Companhia e seus membros de staff tenham todos os registros exigidos e licenças para conduzir seus negócios;
- (t) monitorar as atividades da Companhia de maneira proativa para detectar e prevenir violações potenciais às regras; e
- (u) conduzir investigações internas, quando necessário.

### Área de Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna da Companhia, como terceira linha de defesa, vinculada diretamente ao Conselho de Administração, é responsável por:

- (a) elaborar um plano anual de auditoria, a fim de verificar a eficácia dos controles internos e efetividade do processo de gerenciamento de riscos da Companhia;
- (b) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos e controles internos da Companhia, sugerindo alterações à Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, quando necessário;
- (c) identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controles internos, riscos e *compliance* da Companhia;
- (d) fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;
- (e) analisar os relatórios trimestrais produzidos pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*; e

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado.

As atividades da área de Auditoria Interna poderão ser desempenhadas por auditor independente registrado na CVM contratado pela Companhia nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

### Área de Segurança da Informação

A área de Segurança da Informação é responsável por:

- (a) acompanhar periodicamente a integridade do sistema de gravações telefônicas;
- (b) monitorar o procedimento de *backup*, sua execução e guarda;
- (c) efetuar a manutenção dos servidores e acompanhamento da capacidade dos mesmos
- (d) implementar melhorias nos sistemas; e
- (e) administrar acesso aos sistemas, e-mails, etc.

### **(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

Nossa administração, por meio do Conselho de Administração e Diretoria, e diversos órgãos, em especial o Comitê de Auditoria e *Compliance* e a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário, sendo que, no mínimo, uma vez ao ano, revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 – Política de gerenciamento de riscos de mercado****(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia não adota uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado. De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2021, os Riscos de Mercado, tal qual os demais riscos gerenciados por tal Política, são monitorados, classificados e relatados à Administração da Companhia, que buscará as ações adequadas para sua mitigação/eliminação.

**(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação, além de garantir a permanente aderência da Companhia e suas controladas referente às suas atividades e aos padrões ético e profissionais, que devem ser cumpridos pelos Colaboradores e Terceiros que, em virtude de suas funções, tenham acesso a informações relevantes sobre a Companhia, seus clientes e estratégias.

**(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Os riscos para os quais buscamos proteção, incluindo riscos de mercado, estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual estamos expostos e que possa impactar negativamente o alcance de nossos objetivos e de geração de valor.

Entre os principais riscos de mercado para os quais buscamos proteção, podemos indicar:

- Risco de taxas de juros: é o risco de mudanças nas taxas de juros decorre de empréstimos de longo prazo atrelados a taxas variáveis, sendo que tal modificação podem aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado;
- Risco cambial: é o risco que existe nas operações comerciais futuras e se dá, principalmente, em razão de importações com fornecedores estrangeiros para revenda;

**(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia não possui uma política formal de contratação de instrumentos financeiros derivativos, mas podemos utilizar derivativos, dentro dos limites aprovados pela nossa Administração, com o propósito de proteção (*hedge*) dos



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos.

**(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial.

**(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A Companhia não possui parâmetros objetivos para o gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos, pois entendemos que a baixa complexidade de tais riscos permite seu adequado gerenciamento sem uma formalização de critérios objetivos específicos.

**(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial.

**(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi recentemente implementada para fins de adequação às regras do segmento de listagem Novo Mercado da B3, seguindo os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000:2009, a fim de avaliar e monitorar os riscos estatutários, tributários, estratégicos, operacionais, financeiros, e regulatórios aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, conseqüentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar sua materialização, conforme descrita na Seção 5.1(b) deste Formulário de Referência. Nossa área de gerenciamento de riscos é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos, sugerindo, quando necessário, alterações ao Conselho de Administração, à diretoria financeira e ao Comitê de Auditoria e *Compliance*, que devem definir, em conjunto com a área de gestão de risco, os planos de ação para mitigação dos riscos, avaliando, quando necessário, mudanças nos limites de exposição, diretrizes e políticas. Para mais informações a respeito das responsabilidades específicas e estrutura hierárquica de nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, veja a Seção 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Nossa administração monitora e avalia se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, na data deste Formulário de Referência, possuímos um Comitê Estatutário de Auditoria e *Compliance* instalado, conforme prática recomendada pelo Novo Mercado, e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los. Acreditamos que conseguimos monitorar os riscos inerentes às nossas atividades de forma

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

eficaz e consideramos que nossa estrutura operacional e controles internos implementados são adequados para monitorar os riscos aos quais estamos expostos, bem como ao nosso porte e complexidade de nossas atividades.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 - Descrição dos controles internos

**(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Implementamos e mantemos práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras, além de possuímos uma estrutura de controles internos alinhados à nossa estrutura organizacional, descrita na Seção 5.1 deste Formulário de Referência. Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, adotamos diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de nossas demonstrações financeiras. Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos dispostos a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com nossa gestão de riscos de compliance encontram-se detalhados na Seção 5.4 abaixo. Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades.

**(b) estruturas organizacionais envolvidas**

Além da controladoria, liderada por Lucas Neves, controller da Companhia, que é o departamento responsável pela elaboração, consolidação e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, são responsáveis pelo gerenciamento de riscos corporativos e controles internos: (i) o conselho de administração; (ii) o Comitê de Auditoria e *Compliance*; (iii) e a auditoria interna. A estrutura para elaboração de demonstrações financeiras bem como as estruturas de controles internos, gerenciamento de riscos e compliance.

As funções de controles internos da Companhia foram revisadas e reestruturadas no âmbito da oferta pública de ações, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Por esse motivo, as estruturas descritas abaixo, como o Comitê de Auditoria e *Compliance* e a auditoria interna, podem não estar plenamente operacionais até a data da Oferta. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

Ainda, a Companhia possui Conselho de Administração desde sua implementação e área de *Compliance* desde maio de 2019 (a qual foi incorporada pelo Comitê de Auditoria e *Compliance*), sendo que a composição de tais órgãos foi apenas alterada para atender aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado.

**(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Para cada uma das áreas da nossa Companhia foram definidos os seus respectivos fluxos operacionais, estabelecendo a sua respectiva atribuição, limite de competência e responsabilidade. Todos os processos são revisados pelos responsáveis por cada área (Diretores ou Gerentes) e pelos Gerentes de Auditoria Interna e de Controladoria. Esses colaboradores reportam qualquer anormalidade ao Comitê de Auditoria e *Compliance* e/ou à Diretoria de Relações com Investidores da nossa Companhia que, quando entender necessário, reporta ao Conselho de Administração. Adicionalmente, cabe à Diretoria de Relações com Investidores informar o mercado sobre quaisquer alterações sobre as atividades de controles internos, auditoria interna, gestão de riscos e compliance, nos termos da regulamentação aplicável. Ainda, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade dos controles internos, que são realizados pela área de Auditoria Interna da Companhia, cujas atribuições estão descritas no item 5.1 deste Formulário de Referência. Ademais, todos os colaboradores devem cumprir as diretrizes estabelecidas na Política de Gerenciamento de Riscos, bem como zelar para seu cumprimento e conhecimento, não sendo tolerado o seu descumprimento. Por fim, é obrigação de todos informar os riscos detectados podendo ser tal assunto remetido diretamente ao Conselho de Administração.

**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Durante a preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram identificadas deficiências significativas durante a preparação das demonstrações financeiras, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis.

Dentre as deficiências identificadas, as seguintes deficiências significativas foram identificadas:

- (i) Como rotina de fechamento contábil, faz-se necessária a utilização de lançamentos contábeis manuais, especialmente em temas como impostos e provisões. O Grupo Kora não possui aprovação formal dos lançamentos manuais efetuados, o que pode gerar risco de lançamentos indevidos, seja por erro ou fraude.
- (ii) O Diretor Financeiro é o único aprovador bancário no internet banking e o Grupo Kora não possui política de alçada.
- (iii) A depreciação do ativo fixo do Grupo Kora é realizada conforme a taxa fiscal definida pela Receita Federal para fins de tributação. Não há um estudo da vida útil dos bens.
- (iv) O Grupo Kora não possui ferramentas capaz de gerar o relatório de faturamento aberto por paciente com data retroativa, ou seja, com posição estática, de forma que concilie com o saldo de receita contabilizado na data base auditada (31/12/2021).
- (v) A demonstração do fluxo de caixa do Grupo Kora foi elaborada de forma incorreta, tendo saldos classificados em grupos em desacordo com o CPC 03 (R2). Ademais não foi possível identificar a revisão da administração nesta peça importante das demonstrações financeiras.

Diante deste cenário, os auditores independentes recomendaram:

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- (i) Criação de rotina de aprovação para lançamentos contábeis, onde devem constar temas como: quem pode fazer e aprovar lançamentos manuais, limites de alçada de aprovação, controles para verificação da totalidade dos lançamentos manuais efetuados, dentre outros.
- (ii) Criação de política de alçada e no mínimo dois aprovadores bancários no internet banking.
- (iii) Realizar um estudo da vida útil de item do ativo imobilizado com o objetivo de atualizar as taxas de depreciação no sistema da Companhia e registrar a despesa com depreciação de forma fidedigna.
- (iv) Recomendamos que haja um controle de faturamento por paciente conciliado com o saldo contábil no final de cada mês, não somente para análises de auditoria, mas também para acompanhamento de possíveis inadimplências, baixas corretas no contas a receber e mitigação de erros de cut-off.
- (v) Elaboração da demonstração de fluxo de caixa com os devidos cruzamentos de saldos que impactam caixa de forma a mitigar distorções e evidência de revisão da administração.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Administração tomou ciência do relatório do auditor independente sobre as deficiências nos controles internos identificadas durante o processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de 31/12/2021 e possui os seguintes comentários com relação às deficiências consideradas como significativas: Em resposta aos pontos identificados, foram iniciadas frentes de trabalho visando o reforço dos controles de sistemas e a melhoria dos controles do processo de elaboração de demonstrações financeiras em IFRS para atuação direta na correção dos pontos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4 - Programa de integridade

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

***i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas***

Possuímos um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (*compliance*), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, dentre as quais destacam-se aquelas descritas em nosso Manual de *Compliance*, Código de Conduta Ética e demais políticas relacionadas.

Temos como objetivo fomentar e consolidar uma cultura organizacional ética e sustentável na Companhia. A conduta ética faz parte do negócio da Companhia e deve guiar todos os Colaboradores e Terceiros que se relacionarem com a Companhia e/ou com as demais empresas que integram o mesmo grupo econômico que a Companhia.

O nosso Código de Conduta Ética reflete o compromisso da Companhia de conduzir seus negócios de acordo com os mais elevados padrões de honestidade, integridade e respeito às pessoas e demonstrar aos clientes, investidores, parceiros comerciais e servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como os detentores de mandato eletivo, que sua confiança na Companhia é justificada.

A Companhia não tolera práticas ilegais de qualquer natureza, incluindo corrupção por meio de pagamento de suborno ou propinas, o que resultará em medidas disciplinares energéticas que podem se estender até a demissão e/ou denúncia à órgãos competentes, nos termos da legislação em vigor. Qualquer violação ou descumprimento das disposições do Código de Conduta Ética são tratadas de acordo com as medidas consideradas adequadas, em razão da gravidade e extensão dos fatos a serem analisados.

Nosso Código de Conduta Ética também contém regras sobre imagem profissional dos colaboradores, situações de conflitos de interesse, segurança da informação e confidencialidade, uso de computadores, sistemas e informação corporativa, além de dispositivos sobre relacionamento com clientes, terceiros e agentes do poder público.

Segundo nosso Código de Conduta Ética, os Colaboradores e Terceiros devem observar e manter em seus negócios os melhores critérios de conduta profissional, em total respeito à legislação, regulamentação e ética das relações comerciais e dentre os princípios gerais de conduta, devem:

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Exercer suas atividades com boa fé, transparência, diligência e lealdade em relação aos seus Clientes, aos participantes do mercado e o público em geral;
- Cumprir todas as suas obrigações e empregar o cuidado que toda pessoa prudente e diligente costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas;
- Atuar sempre em defesa dos interesses do Grupo, mantendo sigilo sobre os negócios, operações e informações relevantes, informações confidenciais e privilegiadas a que tenham acesso, excetuadas as hipóteses em que a sua divulgação seja exigida por lei ou tenha sido expressamente autorizada.
- Denunciar tentativas de suborno, sabotagem, corrupção ou qualquer outro tipo de atitude antiéticas, ilegais ou desleais de que venha a tomar conhecimento ou ser vítima;
- Reconhecer os erros e/ou falhas cometidos e comunicar imediatamente ao superior imediato o qual deverá tomar todas as medidas necessárias para inibir, ou minimizar, as consequências e efeitos negativos do erro e/ou falha;
- Questionar as orientações contrárias aos princípios e valores expressos ou imanentes deste Código;
- Apresentar críticas e/ou sugestões visando a aprimorar a qualidade do trabalho, bem como otimizar os resultados do Grupo;
- Responder, perante as entidades reguladoras competentes, pelas atividades desenvolvidas;
- Exercer as atividades exclusivamente para o Grupo, assim consideradas aquelas relacionadas ao seu objeto social;
- Recusar-se a exercer atividades que dependam de autorização específica; e
- Manter e promover a reputação do Grupo, dentro e fora do seu local e horário de trabalho, cumprindo integralmente as leis e este Código de Conduta Ética e demais requisitos regulatórios aplicáveis.

Adicionalmente, também possuímos um Manual de *Compliance* que visa garantir a permanente aderência da Companhia referente à sua atividade e aos padrões ético e profissional e deve ser cumprido pelos colaboradores e terceiros que, em virtude de suas funções tenham acesso a informações relevantes sobre o Grupo Kora, seus clientes e estratégias.

Ainda, temos uma série de políticas internas próprias contendo regras sobre anticorrupção, brindes, presente e cortesias, treinamentos, relacionamento com agentes públicos, segurança da informação, *background check* e *due diligence* de terceiros.

Todos os documentos mencionados acima podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: <http://ri.korasaude.com.br/>

***ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de***

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### ***seus dirigentes, se existentes***

Para o monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos interno de integridade, contamos com o nosso Comitê de Auditoria e *Compliance*, nosso Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, bem como nosso Canal de Denúncias.

O Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia é responsável pela implementação e cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos estabelecidos pela Política de Gerenciamento de Riscos, em conformidade com as boas práticas, com o apoio e suporte da MCGC. São obrigações do Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, em conjunto com a MCGC, buscar que as atividades desempenhadas pela Companhia sejam exercidas de forma a: (a) assegurar que a linha de negócio opere em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis; (b) fazer interface com os órgãos reguladores, ambientais de vigilância e de fiscalização, com respeito às solicitações formais e promover ações corretivas no que for exigido; (c) desenvolver, implementar e atualizar políticas, procedimentos e processos para atender os requisitos de *Compliance*; (d) identificar as necessidades de treinamento e assegurar que todos os membros de staff realizaram os treinamentos necessários; (e) assegurar que a Companhia e seus membros de staff tenham todos os registros exigidos e licenças para conduzir seus negócios; (f) monitorar as atividades da Companhia de maneira proativa para detectar e prevenir violações potenciais às regras; (g) conduzir exames de *Compliance* regulares para assegurar que a Companhia esteja aderente a um nível satisfatório de *Compliance*; (h) conduzir investigações internas, quando necessário; (i) rever e aprovar material de marketing, notadamente aqueles que têm necessidade de divulgação; e (j) quando (e se houver) houver potencial quebra/violação de qualquer princípio, lei, regulamento ou

requisito legal por um Colaborador, o Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* deverá informar ao Conselho de Administração da Companhia.

A nossa Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* tem total autonomia para executar suas funções e tem a atribuição de fornecer consultorias frente a questões específicas de *compliance* e controles internos, bem como, fomentar discussões de temas pertinentes, analisar casos/situações excepcionais e definir as ações a serem tomadas.

Além disso, contamos com o Canal de Denúncias, por meio do qual podem ser realizadas denúncias de todo e qualquer indício de comportamento incompatível com o nosso Código de Conduta Ética, situações que envolvam suspeitas de fraudes, corrupção, desvios éticos de condutas, atos ilícitos, entre outros.

O Canal de Denúncias também pode ser utilizado em casos de dúvidas sobre o Código de Conduta Ética. Entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes de governo.

### ***iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:***



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

Nosso Código de Conduta Ética é aplicável a todos os Colaboradores da Companhia e seu grupo econômico, bem como a todos os Terceiros que se relacionam direta ou indiretamente com o Companhia e seu grupo econômico, independentemente do nível hierárquico, da função e do cargo exercidos e da localidade que se encontram. Para fins do nosso Código de Conduta Ética são considerados: (i) Colaboradores: estagiários, trainees, voluntários, menores aprendizes, funcionários, administradores e acionistas; e (ii) Terceiros: corpo clínico, fornecedores, prestadores de serviço, agentes públicos, pacientes e acompanhantes.

A aplicação do Código de Conduta Ética conta com total apoio e engajamento do Conselho de Administração, Diretoria e acionistas da Companhia.

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

A Companhia realiza, periodicamente, treinamento continuado destinado a seus Colaboradores, com o intuito de conscientizá-los sobre as diretrizes do Código de Conduta Ética, conforme os cargos ocupados e as funções desempenhadas por cada Colaborado, de forma a disseminar e perpetuar os princípios e valores éticos adotados pelo Grupo Kora.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.*

Qualquer violação ou descumprimento das disposições do Código de Conduta Ética é tratada, de acordo as medidas consideradas adequadas, em razão da gravidade e extensão dos fatos a serem analisados. Caso venha a ser comprovada, após o devido tratamento, a ocorrência de uma violação às disposições do Código de Conduta Ética, o(s) Colaborador(es) ou Terceiros receberá(ão) as penalidades aplicáveis, de acordo com a gravidade e o efetivo envolvimento, que poderá variar desde simples advertência até o desligamento do Colaborador (ou rescisão de contrato com Terceiro, se for o caso), sem prejuízo de aplicação das medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis e demais consequências previstas em leis.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

O Código de Conduta Ética foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de fevereiro de 2021 e pode ser consultado no nosso website: <http://ri.korasaude.com.br/>

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Possuímos canal para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia.

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

O Canal de Denúncias é interno, sendo endereçadas as denúncias em caráter confidencial, segura, sigilosa, exceto nas situações em que tenhamos obrigação legal de informar aos órgãos e autoridades governamentais e, se do interesse do denunciante, de forma anônima. Suspeitas de violação ao disposto no Código de Conduta Ética e nas Políticas Internas devem ser comunicadas por meio dos canais de comunicação disponíveis no Grupo.

- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O acesso ao Canal de Denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto por nossos colaboradores quanto por terceiros, como possíveis fornecedores, parceiros, prestadores de serviço, representantes comerciais e clientes através do e-mail [compliance@korasaude.com.br](mailto:compliance@korasaude.com.br) ou pelo telefone 0800 591 2643.

- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*

O Código de Conduta Ética estabelece que todas as denúncias realizadas por meio do canal adequado possuem garantia de sua confidencialidade e anonimato, bem como que em nenhuma hipótese haverá retaliação pelo encaminhamento de dúvidas ou denúncias de violação ao Código de Conduta Ética.

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Ética e Conduta deverão ser realizadas pela nossa Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, cujas atribuições, bem como tratamento de apuração de denúncias está descrita em nossa Política de Gerenciamento de Riscos.

- *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta Ética deverão ser realizadas pela nossa Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, cujas atribuições, bem como tratamento de apuração de denúncias está descrita em nossa Política de Gerenciamento de Riscos.

### **c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Em processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, contamos com o auxílio de assessores jurídicos e financeiros para realização de processos de *due diligence* nas eventuais companhias envolvidas com o intuito de obter um *valuation* e mapear os eventuais riscos aos quais tais sociedades estariam expostas. Os assessores jurídicos e financeiros também auxiliam na recomendação de estrutura de operação mais adequada para cada processo envolvendo a Companhia.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Conforme detalhado neste item 5.4, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

### **5.5 - Alterações significativas**

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações na política de gerenciamento de riscos, no último exercício social.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto (i) com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards, ou IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (ou IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ou CPC) e aprovados pela CVM.

Os Diretores entendem que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor e aplicáveis às demonstrações financeiras elaboradas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, bem como os os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas da Seção 10 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado de outra forma.

Todas as informações apresentadas nesta Seção 10 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, acarretando em arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, os cálculos divergirem imaterialmente.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 nas atividades e, consequentemente, nas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

#### (a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, incluindo empréstimos de terceiros, como também para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

próximos 12 meses.

As tabelas abaixo apresentam a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, considerando suas demonstrações financeiras:

R\$ milhares	2021	AH 2021 /2020	2020	AH 2020 /2019	2019
EBITDA	206.081	92%	107.123	72%	62.151
Margem EBITDA	16,3%	-1 p.p.	17,5%	3 p.p.	14,1%
EBITDA Aj.	309.897	141%	128.673	84%	70.012
Margem EBITDA Aj.	24,6%	3,5 p.p.	21,0%	5,2 p.p.	15,8%
Lucro Líquido	(54.955)	-413%	17.540	-854%	(2.327)
Margem Líquida	-4,4%	-7,2 p.p.	2,9%	3,4 p.p.	-0,5%
Empréstimos bancários e debêntures	1.333.531	209%	431.620	80%	240.242
Caixa	396.969	120%	180.773	455%	32.571
Dívida Líquida	936.562	273%	250.847	21%	207.671

### EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527/12.

O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades,

o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### b. Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Acreditamos que a Companhia apresentou, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros e condizente com suas atividades e planos de negócio. A Companhia, nos últimos três anos, aumentou a proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, balanceando os efeitos de aporte de capital da parte dos acionistas com o aumento do endividamento líquido. O aumento no capital se deve, principalmente, em razão dos investimentos para expansão de estrutura física e aquisição de novos ativos, com objetivo de crescimento de receitas e aumento de rentabilidade.

O Patrimônio Líquido da Companhia ao final dos exercícios de 2021, 2020 e 2019 totalizou, respectivamente, o valor de R\$ 1.325,1 milhões, R\$ 184,4 milhões e R\$ 68,5 milhões. O crescimento do Patrimônio Líquido é resultado principalmente dos aportes de capital realizados nos últimos 3 anos, especialmente em 2021, mediante a oferta pública inicial de ações da Kora Saúde, em agosto de 2021.

O Capital de terceiros na ao final dos exercícios de 2021, 2020 e 2019 totalizou, respectivamente, o valor de R\$ 2.616,7 milhões, R\$ 917,0 milhões e R\$ 605,9 milhões. O aumento do capital próprio reflete majoritariamente aportes de capital realizados nos últimos 3 anos, especialmente em 2021, mediante a oferta pública inicial de ações da Kora Saúde, em agosto de 2021.

Segue abaixo tabela com a composição da estrutura de capital da Companhia no final dos exercícios de 2021, 2020 e 2019:

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Capital de Terceiros (Passivo Circulante e Não circulante)	2.616.719	917.041	605.943
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	1.325.117	184.408	68.496
Capital Total (Terceiros + Próprio)	3.941.836	1.101.449	674.439
Capital de Terceiros/Capital Total	66,4%	83,3%	89,8%
Capital Próprio/Capital Total	33,6%	16,7%	10,2%

A Companhia acredita que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das Operações. Adicionalmente, a estrutura de capital hoje permite que a Companhia cumpra todas as suas obrigações financeiras, incluindo o cumprimento dos covenants estabelecidos nos contratos de dívida.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Companhia acredita ter condições de honrar os compromissos financeiros assumidos.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) investimentos e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas****i./ii. Contratos de empréstimos e financiamentos e outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Banco</b>	<b>Garantias</b>	<b>Taxa (a.a)</b>	<b>Vencimento</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>31 de dezembro de 2020</b>
Banestes	N/A	10%	01/03/2021	-	42
ABC	Aval	CDI + 4,50%	01/03/2021	-	16.347
BNDES	Aval	IPCA + 7,02%	01/05/2025	13.315	-
Bocom BBM	Aval	CDI + 2,50% a 3,08%	01/10/2026	118.147	101.245
Bradesco	Aval+ Recebíveis	CDI + 3,20% DI	01/10/2027	357.477	26
Banco do Brasil	Aval	CDI + 2,55% a 2,75%	01/10/2026	160.179	70.558
Caixa Econômica	Aval + Recebíveis	19%	01/02/2024	4.109	-
Banco Itaú	Aval	CDI + 3,08% a 3,20%	01/11/2025	466.806	115.147
Banco do Nordeste	Aval + Imobilizado	8% CDI + 2,55% a 2,85%/ TJLP + 8,09%	01/07/2026 01/08/2025	4.996 183.877	6.577 97.189
Santander	Aval				
Sicoob	Aval + Recebíveis	15% e CDI + 7,30%	01/07/2028	3.491	5.004
Unicred	Aval	CDI + 7,31%	01/10/2023	1.369	2.124
Bandes	Aval + Imobilizado	CDI + 2,55%	01/09/2025	14.443	15.026
Banco da Amazônia	Aval	TJLP + 2,30%	01/04/2026	1.211	1.807
Safra	Aval	CDI + 4,28%	01/05/2023	1.401	-
Sicredi	Aval	7%	01/07/2022	171	528
Sofisa	Aval	CDI + 4,91%	01/06/2022	529	-
<b>Total</b>				<b>1.331.520</b>	<b>431.620</b>

**iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos da Companhia eram compostos por dívidas com garantia real, flutuante e dívidas quirografárias, não havendo qualquer cláusula contratual de subordinação. Dessa forma, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nas demonstrações financeiras dar-se-á na seguinte ordem, de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei 11.101"): (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei 11.101; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto na Lei 11.101; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

**iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros. Adicionalmente aos *covenants* financeiros, as debêntures possuem cláusulas contratuais restritivas não financeiras que envolvem uma série de condições como adimplência, transferência de controle societário e

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

outros, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações. A Companhia também é parte em contratos financeiros em que constam disposições sobre *cross-default*, qual seja a antecipação do prazo de vencimento de dívida contraída pela Companhia, em razão de outra inadimplência. Na data deste formulário de referência, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas e restrições contratuais.

As principais restrições estão abaixo resumidas:

- Em outubro de 2022, a Companhia efetuou emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, de valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando o valor de R\$715.000.000,00 (setecentos milhões de reais), por meio da coordenação do Banco XP, Banco BTG Pactual, Banco do Brasil, Banco Itaú e Banco Santander para liquidação no prazo de 5 anos, com carência de 4 anos.

Os *covenants* referentes a emissão da debênture, a serem apurados anualmente, são assim identificados: Dívida Financeira Líquida<sup>2</sup>, dividido pelo EBITDA<sup>1</sup> menor ou igual a (a) 4,0 (quatro inteiros) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024; e (b) 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos) a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento das Debêntures.

- Em maio de 2022, a Companhia efetuou emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, de valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando o valor de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), por meio da coordenação do Banco BTG Pactual, Banco Bradesco e UBB BB para liquidação no prazo de até 7 anos, com carência de 4 anos.

Os *covenants* referentes a emissão da debênture, a serem apurados anualmente, são assim identificados: Dívida Financeira Líquida<sup>2</sup>, dividido pelo EBITDA<sup>1</sup> menor ou igual a (a) 4,0 (quatro inteiros) nos exercícios sociais de 2022, 2023 e 2024; e (b) 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos) a partir do exercício social de 2025 até a Data de Vencimento das Debêntures.

- Em maio de 2021, a Companhia efetuou emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em séries única, de valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando o valor de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), por meio da coordenação do Banco Bradesco e do Banco Itaú BBA para liquidação no prazo de 6 anos, com carência de 2 anos. Os recursos obtidos foram utilizados para o pagamento do valor referente à aquisição de quotas nominativas e sem valor nominal da DKP Anchieta Holding Saúde Ltda ("Hospital Anchieta").

Os *covenants* referentes a emissão da debênture, são assim identificados: (i) Dívida financeira líquida<sup>2</sup> dividido pelo EBITDA<sup>1</sup> menor que 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) até a data de vencimento das debêntures e; (ii) EBITDA<sup>1</sup> dividido pelas despesas financeiras líquidas maior ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) para os exercícios sociais de 2022, e maior ou igual a 3,00 (três inteiros) a partir do exercício social de 2023 até a data de vencimento das debêntures.

- Em novembro de 2020, a Companhia emitiu cédulas de crédito bancário em favor do Itaú Unibanco S.A., representando promessa de pagamento da dívida de R\$ 55.000.000,00.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os principais *covenants* referentes a emissão, são assim identificados: (i) se a Companhia deixar de manter, durante a vigência da Cédula, cumulativamente, os seguintes índices financeiros ("Covenants") a serem apurados anualmente, no último dia do ano, com base em demonstrativo financeiro da Companhia, a qual se obriga a entregá-los:

- (a) se a Companhia não mantiver o índice resultante do quociente entre a sua Dívida Bancária Líquida por seu EBITDA igual ou inferior a:
  - 1. 3,0 (três vírgula zero) no exercício fiscal de 2022;
  - 2. 2,5 (dois vírgula cinco) no exercício fiscal de 2023; e
  - 3. 2,5 (dois vírgula cinco) no exercício fiscal de 2024.
- (b) se a Companhia não mantiver o índice resultante do quociente entre seu EBITDA por sua Despesa Financeira Total igual ou superior a 3,5 (três vírgula cinco);

<sup>1</sup>EBITDA significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas pro-forma da Kora Saúde relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício anual, em linha com a Instrução CVM 527, o lucro líquido, excluindo: (a) despesas e receitas financeiras, (b) receitas e despesas não recorrentes, incluindo despesas com projetos estratégicos com caráter extraordinário e com aquisições de empresas, (c) resultado não operacional, (d) tributos, (e) amortizações, depreciações e exaustões, (f) perdas/lucros resultantes de Equivalência Patrimonial (ou dividendos recebidos), (g) impairment, e (h) despesas com stock option, participação de administradores ou qualquer outra despesa relativa à remuneração com as ações da Emissora, conforme informada nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora. Para que não restem dúvidas, em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será pro-forma considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

<sup>2</sup>Dívida Financeira Líquida significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, o somatório, sem duplicação, da (a) soma de empréstimos, mútuos com partes relacionadas, financiamentos, linhas de crédito de qualquer instituição financeira ou no mercado de capitais que possuam valor utilizado em aberto, incluindo contas a pagar por aquisições em que o vendedor financia parte da venda (seller financing) e saldo líquido de operações de derivativos; (b) subtração de caixa e equivalentes.

Adicionalmente aos *covenants* financeiros, as debêntures possuem cláusulas contratuais restritivas não financeiras que envolvem uma série de condições como adimplência, transferência de controle societário e outros, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações. Na data deste formulário de referência, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas e restrições contratuais.

### **g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	AV % 2021	AV % 2020	AV % 2019	AH % 2021x20 20	AH % 2020x20 19
Receita líquida de serviços	1.261.856	612.287	442.035	100%	100%	100%	106%	39%
Custo dos serviços prestados	-939.156	-455.563	-313.358	-74%	-74%	-71%	106%	45%
Lucro bruto	322.700	156.724	128.677	25,6%	25,6%	29,1%	106%	22%
Despesas gerais e administrativas	-175.478	-82.590	-70.530	-14%	-13%	-16%	112%	17%
Outras despesas/receitas, líquidas	-15.249	5.095	-12.205	-1%	1%	-3%	-399%	n/a
Resultado financeiro	-129.978	-46.812	-37.911	-10%	-8%	-9%	178%	23%
Equivalência Patrimonial	839	-95	17	0%	0%	0%	n/a	n/a
Lucro antes do Imposto de Renda	2.834	32.322	8.048	0%	5%	2%	-91%	302%
Imposto de renda e contribuição social	-57.789	-14.782	-10.375	-5%	-2%	-2%	291%	42%
Lucro (prejuízo) líquido	-54.955	17.540	-2.327	-4%	3%	-1%	n/a	n/a

**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL DE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020*****Receita líquida de contratos com clientes***

A receita líquida de contratos com clientes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1,261,856 milhões comparativamente a R\$ 612,287 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 649,569 milhões ou 106%. Ao longo de 2021, o crescimento da receita líquida foi positivamente impactado por: (i) crescimento orgânico na base de hospitais já existentes; (ii) aquisição do H. Anchieta (DF), cuja consolidação começou a partir de maio/21; (iii) aquisições do H. São Mateus (CE) e H. Gastroclínica (CE), cuja consolidação começou a partir de setembro/21; (iv) aquisições do Instituto Neurológico de Goiânia (GO) e Grupo OTO (CE), cuja consolidação começou a partir de novembro/21 e (vi) aumento da receita de serviços apoio diagnóstico e terapêutico (SADT), através da crescente performance de análises clínicas, radiologia e infusões oncológicas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$322,700 milhões comparativamente a R\$ 156,724 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$165,976 milhões ou 106%. O aumento no lucro bruto é atribuído substancialmente ao crescimento de receita líquida. O Lucro bruto representou 25,6% da receita líquida em ambos os exercícios sociais encerrados em 2021 e 2020. Nota-se que a Companhia foi capaz de manter sua margem bruta estável, mesmo diante das pressões temporárias em função do aumento de custos de materiais e medicamentos decorrentes dos efeitos da pandemia do COVID-19, bem como os custos com pessoal que também foram afetados negativamente pela pandemia, uma vez que foram necessárias diversas novas contratações para suportar a maior quantidade de leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) e o nível de absenteísmo da Companhia cresceu, gerando contratações emergenciais temporárias e aumento do número de horas extras.

### ***Despesas gerais e administrativas***

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 175,478 milhões comparativamente a R\$ 82,590 milhões no exercício de 2020, o que representou um acréscimo de despesas de R\$ 12,888 milhões ou 112%. As Despesas gerais e administrativas representaram 13,9% e 13,5% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento, em valor absoluto, é atribuído substancialmente ao impactadas pelo efeito não-caixa de R\$55,4 milhões, referente ao plano de remuneração baseado em ações.

### ***Outras receitas (despesas)***

Outras receitas (despesas) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram negativas em R\$ 15,249 milhões comparativamente aos valores positivos de R\$ 5,095 milhões no exercício de 2020, o que representou uma variação de R\$ 20,344 milhões. Outras receitas (despesas) representaram -1,2% e 0,8% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2021 e 2020, respectivamente. A variação é atribuída principalmente aos ajustes de de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em função das aquisições recentes.

### ***Receitas (despesas) financeiras, líquidas***

As Receitas (despesas) financeiras, líquidas no período findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 129,978 milhões comparativamente a um resultado negativo de R\$ 46,812 milhões no mesmo período de 2020, oque representou uma variação negativa de R\$ 83,166 milhões ou 178%. As receitas (despesas) financeiras, líquidas representaram -10,3% e -7,6% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento, em valor absoluto, é atribuído substancialmente ao aumento no nível de endividamento da Companhia e do passivo de arrendamento, decorrente de novos contratos de aluguel de imóveis celebrados nas aquisições.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social***

O Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2,834 milhões comparativamente a R\$ 32,322 milhões no exercício de 2020, o que representou uma variação de R\$29,488 milhões. O Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 0,2% e 5,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2021 e 2020, respectivamente. A redução de margem é atribuída ao aumento nas despesas não-caixa, com impacto de R\$55.4 milhões referente ao plano de remuneração baseado em ações, associado às maiores despesas financeiras.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

O Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$57,789 milhões comparativamente a R\$ 14,782 milhões no exercício de 2020, o que representou uma variação de R\$43,007 milhões. Imposto de renda e contribuição social representaram -4,6% e -2,4% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento, em valor absoluto, é atribuído ao aumento no lucro antes do imposto de renda e contribuição social do período.

### ***Lucro (prejuízo) do exercício***

O Resultado líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi um prejuízo de R\$ 54,955 milhões comparativamente a de R\$ 17,540 milhões no exercício de 2020, o que representou uma variação de R\$33,363 milhões. O Lucro (prejuízo) do exercício representou -4,4% e 2,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído ao efeito não-caixa de R\$55.4 milhões, referente ao plano de remuneração baseado em ações, associado às maiores despesas financeiras.

## **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIOSOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

### ***Receita líquida de contratos com clientes***

A receita líquida de contratos com clientes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020foi de R\$ 612,287 milhões comparativamente a R\$ 442,035 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 170,252 milhões ou 38,5%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento no número de leitos hospitalares, em especial devido às aquisições do Hospital e Maternidade São Mateus, em Cuiabá (MT), e da Maternidade Santa Úrsula, em Vitória(ES), em outubro e novembro de 2019, respectivamente, além da expansão orgânica do Hospital Metropolitano, concluída em outubro de 2020. Além disso, a Diretoria teve êxito em negociar incrementos de tabela junto às fontes pagadoras ao longo dos últimos anos, o que contribuiu para aumentar o ticket médio por paciente. Por fim, é importante ressaltar que o aumento dos serviços de não internação como oncologia, imagem e laboratório também contribuíram de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

maneira significativa para o aumento de receita da Companhia.

### ***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$156,724 milhões comparativamente a R\$ 128,677 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$28,047 milhões ou 21,8%. Lucro bruto representou 25,6% e 29,1% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019, respectivamente. O aumento no lucro bruto é atribuído substancialmente ao crescimento de receita líquida de contratos com clientes, parcialmente compensado pela redução da margem bruta no período, consequência do aumento de custos de materiais e medicamentos decorrentes dos efeitos da pandemia do COVID-

19. Além disso, custos com pessoal foram afetados negativamente pela pandemia, uma vez que foram necessárias diversas novas contratações para suportar a maior quantidade de leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) e o nível de absenteísmo da Companhia cresceu, gerando contratações emergenciais temporárias e aumento do número de horas extras.

### ***Despesas gerais e administrativas***

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 82,590 milhões comparativamente a R\$ 70,530 milhões no exercício de 2019, o que representou um acréscimo de despesas de R\$ 12,060 milhões ou 17,1%. As Despesas gerais e administrativas representaram 13,5% e 16,0% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento, em valor absoluto, é atribuído substancialmente ao aumento das despesas com serviços de terceiros, bem como ao maior impacto da amortização no custo dos serviços. O ganho de margem foi decorrente sobretudo dos ganhos de escala na rubrica de pessoal.

### ***Outras receitas (despesas)***

Outras receitas (despesas) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram positivas de R\$ 5,095 milhões comparativamente aos valores negativos de R\$ 12,205 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação positiva de R\$ 17,300 milhões. Outras receitas (despesas) representaram 0,8% e -2,8% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao impacto positivo da liquidação de recebíveis com operadoras de saúde.

### ***Receitas (despesas) financeiras, líquidas***

As Receitas (despesas) financeiras, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram negativas no valor de R\$46,812 milhões comparativamente a um resultado negativo de R\$ 37,911 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação negativa de R\$ 8,901 milhões ou 23,5%. As receitas (despesas) financeiras, líquidas representaram -7,6% e -8,6% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2019, respectivamente. Este aumento, em valor absoluto, é atribuído substancialmente ao aumento no

nível de endividamento da Companhia e do passivo de arrendamento, decorrente de novos contratos de aluguel de imóveis celebrados nas aquisições.

### ***Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social***

O Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 32,322 milhões comparativamente a R\$ 8,048 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação de R\$24,274 milhões ou 301,6%. O Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 5,3% e 1,8% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à diluição de despesas gerais e administrativas decorrentes dos ganhos de escala na rubrica de pessoal.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

O Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$14,782 milhões comparativamente a R\$ 10,375 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação de R\$4,407 milhões ou 42,5%. Imposto de renda e contribuição social representaram -2,4% e -2,3% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento, em valor absoluto, é atribuído substancialmente ao aumento no lucro antes do imposto de renda e contribuição social do período.

### ***Lucro (prejuízo) do exercício***

O Lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 17,540 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$ 2,327 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação de R\$19,867 milhões. O Lucro (prejuízo) do exercício representou 2,9% e -0,5% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à diluição de despesas gerais e administrativas decorrentes do crescimento de receita.

## **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

### ***Receita líquida de contratos com clientes***

A Receita líquida de contratos com clientes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 442,035 milhões comparativamente a R\$ 284,189 milhões no exercício de 2018, o que representou uma variação de R\$ 157,846 milhões ou 55,5%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento no número de leitos hospitalares com a aquisição do Hospital Metropolitano, ocorrida em novembro de 2018, e pelas expansões orgânicas realizadas. Além disso, o ticket médio por paciente aumentou em decorrência do aumento do serviço de oncologia da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Lucro bruto***

O Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$128,677 milhões comparativamente a R\$79,145 milhões no exercício de 2018, o que representou uma variação de R\$49,532 milhões ou 62,6%. O Lucro bruto representou 29,1% e 27,8% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento de Receita líquida de contratos com clientes e da margem bruta no período, consequência dos ganhos de escala na rubricade pessoal advindos das sinergias de aquisições anteriores.

### ***Despesas gerais e administrativas***

As Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 70,530 milhões comparativamente a R\$ 42,461 milhões no exercício de 2018, o que representou um incremento de despesas de R\$ 28,069 milhões ou 66,1%. As Despesas gerais e administrativas representaram -16,0% e -14,9% da Receita líquida de contratos com clientes nos

exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente às despesas com pessoal, realizadas para fortalecer a equipe de gestão da Companhia e prepará-la para o crescimento projetado.

### ***Outras receitas (despesas)***

Outras receitas (despesas) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram negativas em R\$12,205 milhões comparativamente a um valor negativo de R\$ 14,544 milhões no exercício de 2018, o que representou uma diminuição de R\$ 2,339 milhões ou -16,1%. As Outras receitas (despesas) representaram -2,8% e -5,1% da Receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à reclassificação dos pagamentos de arrendamentos operacionais, que, em 2019, passaram a ter um tratamento contábil diferente, segundo a norma IFRS 16.

### ***Receitas (despesas) financeiras, líquidas***

As Receitas (despesas) financeiras, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram negativas no valor de R\$ 37,911 milhões comparativamente a um valor negativo de R\$13,144 milhões no exercício de 2018, o que representou uma variação de R\$24,767 milhões ou 188,4%. As receitas (despesas) financeiras, líquidas representaram -8,6% e -4,6% da Receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído ao aumento no nível de endividamento da Companhia.

### ***Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social***

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 8,048 milhões comparativamente a R\$ 8,994 milhões no exercício de 2018, o que representou uma variação negativa de R\$0,946 milhões ou -10,5%. O Lucro (antes do imposto de renda e da contribuição social representou 1,8% e 3,2% da Receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao aumento dos custos dos serviços prestados e de despesas gerais e administrativas frente ao crescimento de receita.

***Imposto de renda e contribuição social***

A despesa com Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 10,375 milhões comparativamente a R\$ 6,953 milhões no exercício de 2018, o que representou um incremento de despesa de R\$3,422 milhões ou 49,2%. A despesa com Imposto de renda e contribuição social representou -2,3% e -2,4% da Receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento se deu em função do crescimento da base tributável.

***Lucro (prejuízo) do exercício***

O Prejuízo do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2,327 milhões comparativamente a um lucro de R\$ 2,041 milhões no exercício de 2018, o que representou uma queda de R\$4,368 milhões. O Lucro (prejuízo) do exercício representou -0,5% e 0,7% da Receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	AV % 2021	AV % 2020	AH 2021x2020	% AH 2020x2019
ATIVO							
Total do Ativo	3.941.835	1.101.449	674.439	100,0%	100,0%	276,0%	63,3%
Circulante	1.029.030	399.968	175.888	26,1%	36,3%	157,3%	127,4%
Caixa e equivalentes de caixa	396.969	180.773	32.571	10,1%	16,4%	119,6%	455,0%
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	488.981	182.074	113.485	12,4%	16,5%	168,6%	60,4%
Estoques	68.600	29.443	13.396	1,7%	2,7%	133,0%	119,8%
Outros ativos circulantes	74.480	7.678	16.436	1,9%	0,7%	870,0%	-53,3%
Não Circulante	2.940.232	701.481	498.551	74,6%	63,7%	343,7%	40,7%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Imposto de renda e contribuição social diferidos	105.367	52.665	8.954	2,7%	4,8%	100,1%	488,2%
Outros ativos não circulantes	37.569	14.845	12.415	1,0%	1,3%	153,1%	19,6%
Investimentos	6.513	5.298	5.393	0,2%	0,5%	22,9%	-1,8%
Imobilizado	695.295	100.264	59.011	17,6%	9,1%	593,5%	69,9%
Intangível	1.772.128	296.895	227.001	45,0%	27,0%	554,8%	30,8%
Ativos de direito de uso	323.360	231.514	185.777	8,2%	21,0%	39,7%	24,6%
PASSIVO							
Total do passivo	2.616.719	917.041	605.943	100,0%	100,0%	207,1%	51,3%
Circulante	705.986	292.957	167.648	27,0%	31,9%	151,8%	74,7%
Fornecedores e outras obrigações	245.378	100.486	74.630	9,4%	11,0%	144,4%	34,6%
Contas a pagar por aquisição	215.334	593	6.395	8,2%	0,1%	36212,6%	-90,7%
Empréstimos	150.799	136.961	52.053	5,8%	14,9%	13,3%	163,1%
Passivos de arrendamento	39.324	30.111	24.048	1,5%	3,3%	30,6%	25,2%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	42.293	13.894	7.645	1,6%	1,5%	401,8%	81,7%
Passivos relacionados a contratos com clientes	12.858	6.480	2.448	0,5%	0,7%	98,4%	164,7%
Dividendos Propostos	0	4.432	429	0,0%	0,5%	-104,1%	933,1%
Passivo não circulante	1.910.733	624.084	438.295	73,0%	68,1%	233,0%	42,4%
Empréstimos	1.182.732	294.659	188.189	45,2%	32,1%	299,9%	56,6%
Passivos de arrendamento	314.491	221.986	175.162	12,0%	24,2%	41,7%	26,7%
Contas a pagar por aquisição	306.199	47.561	28.541	11,7%	5,2%	554,4%	66,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50.447	17.959	16.210	1,9%	2,0%	1110,3%	10,8%
Outras obrigações	24.292	24.841	20.929	0,9%	2,7%	-2,2%	18,7%
Provisões	32.572	17.078	9.264	1,2%	1,9%	90,7%	84,3%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Total do patrimônio líquido	1.325.117	184.408	68.496	100,0%	100,0%	618,6%	169,2%
Total do passivo e patrimônio líquido	3.941.836	1.101.449	674.439	100,0%	100,0%	276,0%	63,3%

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020****Ativo*****Caixa e Equivalentes de Caixa***

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 396,969 milhões comparativamente a R\$ 180,773 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 216,196 milhões ou 119,6% em relação a 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se, essencialmente, à oferta pública inicial de ações da Kora Saúde, em agosto de 2021.

***Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber***

O saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 488,981 milhões comparativamente a R\$ 182,074 milhões em 31 de dezembro de 2020 o que representou uma variação de R\$ 306,907 milhões ou 168,6 % em relação a 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente à consolidação dos hospitais adquiridos ao longo de 2021.

**Estoques**

O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 68,600 milhões comparativamente a R\$ 29,443 milhões em 31 de dezembro de 2020 o que representou uma variação de R\$ 39,157 milhões ou 133,0% em relação a 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se principalmente a materiais e medicamentos, associado à consolidação dos hospitais adquiridos ao longo de 2021.

***Imobilizado***

O saldo de imobilizado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 695,295 milhões comparativamente a R\$ 100,264 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 595,031 milhões ou 593,5 % em relação a 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente à consolidação dos hospitais adquiridos ao longo de 2021.

***Intangível***

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de intangível em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1,772,128 milhões comparativamente a R\$ 296,895 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 1,475,233 milhão ou 497% em relação a 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente ao ágio gerado em função da aquisição dos hospitais ao longo de 2021.

### ***Ativos de Direito de Uso***

O saldo de ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 323,360 milhões comparativamente a R\$ 231,514 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 91,846 milhões ou 24,6% em relação a 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente à consolidação dos hospitais adquiridos ao longo de 2021.

### **Passivo**

#### ***Fornecedores e outras obrigações (circulante e não circulante)***

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 269,849 milhões comparativamente a R\$ 125,327 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 144,522 milhões ou 115,3% em relação a 31 de dezembro de 2020. Nessa rubrica, a Companhia contém saldos com fornecedores no de materiais, medicamentos e serviços hospitalares, que registraram aumento principalmente à consolidação dos hospitais adquiridos ao longo de 2021.

#### ***Contas a pagar por aquisição (circulante e não circulante)***

O saldo do contas a pagar por aquisições, circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 521,533 milhões comparativamente a R\$ 48,154 milhões em 31 de dezembro de 2020. As contas a pagar por aquisições de hospitais referem-se ao saldo remanescente das considerações relativas às aquisições efetuadas, especialmente à aquisição do Hospital Anchieta, adquirido em Maio de 2021.

#### ***Empréstimos (circulante e não circulante)***

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1,333,531 milhões comparativamente a R\$ 431,620 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 901,911 milhões ou 209% em relação a 31 de dezembro de 2020. Em maio de 2021, a Companhia efetuou emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em séries única, de valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando o valor de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), por meio da coordenação do Banco Bradesco e do Banco Itaú BBA para liquidação no prazo de 6 anos, com carência de 2 anos. Os recursos obtidos foram utilizados para o pagamento do valor referente à aquisição de quotas nominativas e sem valor nominal da DKP Anchieta Holding Saúde Ltda ("Hospital Anchieta"). Além dessa operação, a Companhia fez outras captações a fim de suportar o plano de crescimento.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Passivos de arrendamento (circulante e não circulante)***

O saldo dos Passivos de arrendamento (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 353,815 milhões comparativamente a R\$ 252,097 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 101,718 milhões ou 40% em relação ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente à consolidação dos hospitais adquiridos ao longo de 2021.

***Patrimônio líquido***

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1,325,117 milhões comparativamente a R\$ 184,408 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 1,140,709 milhões ou 619% em relação a 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se resultado principalmente dos aportes de capital realizados nos últimos 12 meses, especialmente mediante a oferta pública inicial de ações da Kora Saúde, em agosto de 2021.

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019****Ativo – Caixa e Equivalentes de Caixa**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou 455,0%, de R\$32,571 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$180,773 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi devido, em parte, à variação da geração de caixa líquido das atividades operacionais de R\$25,312 milhões e ao aporte dos acionistas nesse exercício. Além disso, a Companhia também efetuou captações de empréstimos para fortalecer seu caixa frente às expectativas de investimentos futuras.

***Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber***

O saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber aumentou 60,4%, de R\$113,485 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$182,074 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento dessa rubrica foi impactado principalmente pelas aquisições efetuadas pela Companhia do Hospital Palmas Medical e do Hospital Santa Thereza, em Palmas, no quarto trimestre de 2020, momento em que houve a absorção do contas a receber dessas operações.

***Estoques***

O saldo de estoques aumentou 119,8%, ou R\$16,047 milhões, de R\$13,396 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$29,443 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi devido, em parte, às compras extraordinárias para atendimento de demandas específicas ocasionadas pelos efeitos da pandemia do COVID-19. As aquisições dos hospitais em Palmas no último trimestre de 2020 também contribuiu positivamente para esse aumento.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Imobilizado***

O saldo de imobilizado aumentou 69,9%, ou R\$41,253 milhões, de R\$59,011 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$100,264 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi devido, em parte, à aquisição de um Sistema Cirúrgico Robótico da Vinci, pelo valor de R\$19,993 milhões em 2020, através da controlada Hospital Meridional S.A.

***Intangível***

O saldo de intangível aumentou 30,8%, ou R\$69,894 milhões, de R\$227,001 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$296,895 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi principalmente, devido à aquisição do Hospital Palmas Medical (ágio de R\$39,377 milhões) e aquisição do Hospital Santa Thereza, com ágio reconhecido de R\$27,148 milhões.

***Ativos de Direito de Uso***

O saldo de ativos de direito de uso aumentou 24,6%, ou R\$45,737 milhões, de R\$185,777 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$231,514 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento dessa rubrica foi impactado principalmente pelas aquisições efetuadas pela Companhia do Hospital Palmas Medical e do Hospital Santa Thereza no quarto trimestre de 2020, contribuindo para o aumento do saldo de ativo de direito de uso em 2020.

***Passivo*****Fornecedores e outras obrigações (circulante e não circulante)**

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2020 era de R\$125.327 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2019 apresentava R\$95,559 milhões. O aumento de 31,2% envolve principalmente os fornecedores da Companhia de materiais, medicamentos e serviços hospitalares. Esse impacto foi causado tanto pelo aumento da compra de materiais e medicamentos relacionados ao COVID-19 quanto pela absorção das operações em Palmas no quarto trimestre de 2020.

**Contas a pagar por aquisição (circulante e não circulante)**

O saldo do contas a pagar por aquisições, circulante e não circulante, da Companhia aumentou 38%, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$34,936 milhões e, em 31 de dezembro de 2020 de R\$48,154 milhões. Tal aumento deve-se às aquisições realizadas do Hospital Palmas Medical e do Hospital Santa Thereza em 2020.

**Empréstimos (circulante e não circulante)**

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$240,242 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2020



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

foi de R\$431,620 milhões, aumentando em 79,7%. O aumento dos empréstimos foi ocasionado pela necessidade de (i) pagamento das aquisições realizadas em 2020; (ii) investimentos na infraestrutura atual e expansão da Companhia; e (iii) reforço da posição de caixa para combater a pandemia

### **Passivos de arrendamento (circulante e não circulante)**

O saldo dos Passivos de arrendamento (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$252,097 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$199,210 milhões, aumentando em 26,5%. Tal variação é devida principalmente pela adição dos hospitais adquiridos em 2020.

### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$184,408 milhões, em comparação com R\$68,496 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta variação, de R\$115,912 milhões ou 169,2%, deu-se principalmente pelo aumento nas reservas de capital, resultado dos aumentos de capital dos acionistas.

## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

### **Ativo**

#### ***Caixa e Equivalentes de Caixa***

O saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou 60,9%, ou R\$12,329 milhões, de R\$20,242 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$32,571 milhões em 31 de dezembro de 2019. O saldo de caixa aumentou devido à obtenção de empréstimos e aos aportes realizados pelos acionistas nesse exercício.

#### ***Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber***

O saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber aumentou 45,9%, de R\$77,761 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$113,485 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi devido principalmente à aquisição de hospitais nesse exercício.

### **Estoques**

O saldo de estoques aumentou 66,9%, ou R\$5,369 milhões, de R\$8,027 milhões em 31 de dezembro de 2018, para de R\$13,396 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento do estoque de material hospitalar e medicamentos em R\$4,143 milhões. Parte desse aumento foi consequência das aquisições realizadas no período.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Imobilizado***

O saldo de imobilizado aumentou 35,1%, ou R\$15,337 milhões, de R\$43,674 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$59,011 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi uma consequência direta das aquisições realizadas nesse exercício.

***Intangível***

O saldo de intangível aumentou 126,1%, ou R\$126,586 milhões, de R\$100,415 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$227,001 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi principalmente, devido à aquisição do Hospital e Maternidade São Mateus (ágio de R\$92,310 milhões) e aquisição da Maternidade Santa Úrsula, com ágio reconhecido de R\$19,425 milhões.

***Ativos de Direito de Uso***

O saldo de ativos de direito de uso era de R\$185,777 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, não fora contabilizado qualquer valor em tal rubrica, dado que a Companhia adotou o IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, aplicando, portanto, as determinações do IFRS 16 aos arrendamentos existentes em 1º de janeiro de 2019.

***Passivo*****Fornecedores e outras obrigações (circulante e não circulante)**

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2018 era de R\$80,136 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2019 apresentava R\$95,559 milhões. Esse aumento é explicado majoritariamente pela aquisição de dois novos hospitais no exercício.

**Contas a pagar por aquisição (circulante e não circulante)**

O saldo do contas a pagar por aquisições, circulante e não circulante, da Companhia aumentou 346%, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$34,936 milhões e, em 31 de dezembro de 2018 de R\$7,836 milhões. Tal aumento deve-se às aquisições efetuadas durante o exercício social.

**Empréstimos (circulante e não circulante)**

O saldo da conta de Empréstimos, circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$240,242 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$145,286 milhões, aumentando em 65,4%. O aumento do endividamento

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

ocorreu principalmente para financiar parcialmente as aquisições efetuadas nesse exercício.

**Passivos de arrendamento (circulante e não circulante)**

O saldo dos Passivos de arrendamento (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$199,210 milhões, sendo que em 31 de dezembro de 2018 não havia saldo nesta conta. Tal variação é devida principalmente pela adição por novos contratos e pelos juros provisionados.

***Patrimônio líquido***

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$68,496 milhões, em comparação com R\$22,017 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R\$46,479 milhões ou 211,1%, deu-se principalmente pelo aumento nas reservas de capital, resultado dos aumentos de capital dos acionistas para aquisição de novos hospitais.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 - Resultado operacional e financeiro Os diretores devem comentar****a. Resultados das operações do emissor, em especial:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, e consequentemente de suas operações nos períodos de três meses findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, correspondeu à participação societária em sociedades não financeiras. Por meio do controle de unidades hospitalares, a Companhia tem como atividade preponderante a prestação de serviços hospitalares de excelência, concentrados, principalmente, no Estado do Espírito Santo, no Estado do Mato Grosso, Ceará, Goiânia, Tocantins, e nas cidades satélites do Distrito Federal.

Os componentes relevantes de receita da Companhia e suas controladas correspondem aos recursos gerados por meio de atividades de prestação de serviços médicos de excelência nas áreas de (i) atendimento hospitalar, (ii) atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências, (iii) laboratórios clínicos, (iv) serviços de tomografia, (v) serviços de ressonância, (vi) serviços de diagnóstico por imagem, (vii) serviços de bancos de células e tecidos humanos, (viii) atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica, (ix) atividades de enfermagem, (x) serviços e procedimentos oncológicos, entre outros.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços hospitalares no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, descontos, abatimentos e glosas. A Companhia reconhece a receita quando o valor dela pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. Além da receita operacional, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de curto prazo, com base no princípio da competência.

**ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.**

Os diretores da Companhia entendem que a receita bruta de prestação de serviços da Companhia é diretamente afetada por diversos fatores, incluindo, mas não se limitando, (i) à negociação de reajustes de tabela com as fontes pagadoras, (ii) às práticas de seus concorrentes, e (iii) à satisfação dos clientes com os serviços prestados pela Companhia. Tais fatos, incluindo os já descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, podem impactar o desempenho da receita dos negócios da Companhia.

Ainda, as operações e clientes da Companhia estão localizados no Brasil e, sendo assim, as condições macroeconômicas do país podem afetar as receitas da Companhia.

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo, além de ciclos

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. A Companhia não tem controle e não pode prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como a inflação, movimentos cambiais, políticas de controle cambial, flutuação de taxas de juros, liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros, expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do Produto Interno Bruto (PIB), alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte, aumento do preço de petróleo e outros insumos, instabilidade dos preços, políticas tributárias e outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o país.

### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A Companhia entende que as variações na receita dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 são provenientes principalmente do aumento do número de leitos (brownfields), do aumento do número de pacientes dia e da aquisição de novos hospitais.

Em 2019 o número de leitos totais da Companhia cresceu 34% para 797 e, em 2020, aumentou 26% atingindo 1,002. Já em 2021, o número de leitos totais da Companhia cresceu 76% totalizando 1,766 ao final do período;

A receita da Companhia também sofreu impacto de preços principalmente através da renegociação das tabelas por inflação mais um spread que é definido caso a caso. A Companhia não possui fluxo de receitas em moeda estrangeira, portanto não houve impacto cambial. Para informações sobre as variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de câmbio, inflação e alteração de volumes, veja seção 10 – "Discussão e Análise das Demonstrações do Resultado da Companhia", e item 10.1, alínea (h) – "Discussão e Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia" deste Formulário de Referência, e item 10.2, alíneas (a) e (c) do Formulário de Referência.

### **c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Os principais custos e despesas da Companhia são (i) pessoal e (ii) materiais e medicamentos.

Os custos e despesas com pessoal são reajustados com base no dissídio coletivo negociado com os sindicatos, sempre muito próximo ao índice de inflação (IPCA).

Os preços dos materiais e medicamentos oscilam caso a caso, dependendo do insumo e do fornecedor. Nos últimos três exercícios a Companhia observou um aumento de preço médio de ligeiramente abaixo da inflação. O restante do

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

crescimento ocorreu por aumento de volume, principalmente pelo forte crescimento da Companhia no período.

Na data deste Formulário de Referência, a totalidade dos negócios da Companhia é desenvolvida no Brasil e quase a totalidade das suas receitas estão em reais. Consequentemente, a Companhia é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente caracterizada por variações significativas em termos de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil. O cenário político e econômico brasileiro tem experimentado alta volatilidade e instabilidade, com tímido crescimento, flutuações acentuadas do real em relação ao dólar norte-americano, altas taxas de desemprego e baixos índices de confiança e gasto pelos consumidores, o que gera falta de previsibilidade nos índices de inflação, que impactam adversamente os reajustes aplicáveis aos aluguéis devidos.

A Companhia também está exposta a riscos associados a taxas de juros, notadamente com relação às despesas com empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo. A inflação afeta a liquidez financeira e as fontes de recursos financeiros da Companhia, principalmente em razão de expor a Companhia ao risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa resultante dos empréstimos, financiamentos e debêntures a taxas flutuantes. Adicionalmente, empréstimos, financiamentos e debêntures a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo, na medida em que o valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures varia em razão das variações das taxas de juros praticadas no mercado. Taxas de juros elevadas também podem impactar as despesas com captação e com endividamento da Companhia, resultando em aumento das despesas financeiras da Companhia. Tal aumento pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações pecuniárias na medida em que reduz suas disponibilidades. Descompasso entre as taxas contratadas para os ativos e as contratadas para passivos e/ou elevada volatilidade nas taxas de juros podem resultar em perdas financeiras para a Companhia.

Para mais informações sobre os principais fatores que afetaram os resultados da Companhia, veja seção 10 – "Discussão e Análise das Demonstrações do Resultado da Companhia", e item 10.1, alínea (h) deste Formulário de Referência, e item 10.2, alíneas (a) e (b) deste Formulário de Referência. Adicionalmente, para uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos de mercado da Companhia, veja seção 4 e item 4.2 deste Formulário de Referência.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras** Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2010 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, direta ou indiretamente:

- (i) Adquiriu 100% do capital social da DKP Anchieta Holding Saúde Ltda, única e exclusiva titular das quotas do Hospital Anchieta, em Brasília-DF. O Hospital Anchieta foi inaugurado em 1995 e é considerado um dos maiores e mais reconhecidos hospitais do Distrito Federal e do Centro-Oeste. Foi o primeiro Hospital da América Latina a conquistar o Selo de Qualidade ISO 9001:2000;
- (ii) Adquiriu a Clínica Digestiva Dr. Edgard Nadra Ary Ltda. ("Hospital Gastroclínica"). Inaugurado há mais de 40 anos, o Hospital Gastroclínica é um dos hospitais mais tradicionais da cidade de Fortaleza e referência no Ceará;
- (iii) Adquiriu o Hospital São Mateus, localizado em Fortaleza - CE. O Hospital São Mateus foi fundado em 1993 e é reconhecido por oferecer serviços de alta complexidade. A partir da aquisição de dois hospitais em Fortaleza – CE, a Kora torna-se consolidada na região e evidencia o plano de expansão nacional;
- (iv) Adquiriu o Grupo OTO Saúde. O Grupo OTO é formado por uma das maiores rede hospitalares no Ceará e está presente nos municípios de Fortaleza, Caucaia e Messejana. Com esta aquisição, a Kora torna-se o maior grupo hospitalar no Ceará.
- (v) Adquiriu 99,40% do capital social do Instituto de Neurologia de Goiânia Ltda. e 95,58% da participação societária da Angiocardis – Diagnósticos e Terapêutica Ltda. O Instituto Neurológico de Goiânia Ltda. foi fundado em 1975 e é referência nacional em tratamentos neurológicos..

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, direta ou indiretamente:

- (i) Adquiriu 75% do capital social do Hospital Palmas Medical S.A., pelo valor de R\$39,600 milhões, que tem como principal objetivo a prestação de serviços hospitalares e está localizado na cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

- (ii) Adquiriu (i) 100% do capital social da UTI Santa Thereza Ltda, por R\$7,113 milhões e (ii) 100% do capital social da Sociedade Hospital Santa Thereza Ltda., por R\$29,176 milhões, ambas no município de Palmas, capital do estado do Tocantins.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, direta ou indiretamente:

- (i) Adquiriu 80% do capital social da Hemodinâmica Meridional Ltda., por R\$3,108 milhões, sendo que já possuía 20% capital social, assumindo assim o controle total da empresa. A Hemodinâmica Meridional atua dentro do Hospital Meridional prestando serviço de atendimento hospitalar e laboratorial, localizado em Cariacica, estado do Espírito Santo.
- (ii) Adquiriu 100% do capital social da Maternidade Santa Úrsula Ltda., pelo valor de R\$16,659 milhões, empresa prestadora de serviços hospitalares que atua no município de Vitória, estado do Espírito Santo.
- (iii) Adquiriu 100% do capital social do Hospital e Maternidade São Mateus Ltda., por R\$114,463 milhões, localizado na cidade de Cuiabá no estado do Mato Grosso.

**c. Eventos ou operações não usuais**

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e tiveram impactos materiais para a Companhia:

CPC 06(R2) - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem simplificada, ou seja, passou a mensurar seus ativos de direito de uso e passivo de arrendamento apenas para o exercício de 2019. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes práticos empregados estão detalhados na Nota 9 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2019 da Companhia.

**b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A adoção do CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

**c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos períodos de três meses findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não contém ressalvas e ênfases.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5- Políticas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### **(a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros**

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

#### **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os ativos de impostos diferidos incluem um saldo relacionado a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável, prejuízo fiscal, ágio por expectativa de rentabilidade futura e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Os passivos de impostos diferidos incluem um saldo relacionado a receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando que a estimativa é que as provisões vão se tornando perdas efetivas.

#### **(c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário**

A Companhia utiliza a taxa de incremental de empréstimo do arrendatário (IBR) como taxa de desconto para seus contratos de arrendamento, ou seja, para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A adoção do IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

### **(d) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso**

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração.

A Administração da Companhia realizou análise de *impairment* dos ágios e nos exercícios de 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não identificou a necessidade de registrar qualquer provisão de perda.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de 31 de dezembro de 2021.

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de 31 de dezembro de 2021.

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de 31 de dezembro de 2021

**iv. contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia ao período de 31 de dezembro de 2021

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia ao período de 31 de dezembro de 2021

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia ao período de 31 de dezembro de 2021

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7- Comentários dos Diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de 31 de dezembro de 2021.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8- Plano de Negócios

#### a. Investimentos, incluindo:

##### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia está ativamente buscando oportunidades de aquisições estratégicas de hospitais e outras unidades de saúde como clínicas oncológicas, unidades de diagnóstico por imagem e laboratório de análises clínicas, por exemplo, para expandir sua rede própria nas cidades onde já atua e em novas geografias.

A Companhia enxerga diversas oportunidades de expansão de sua estrutura atual, seja por meio de ampliações das unidades já existentes, seja pelo desenvolvimento de unidades novas nas geografias em que está presente. Também fazem parte do planejamento de investimentos, clínicas de atendimento avançado, que funcionarão para captar novos pacientes e prover serviços de atendimento primário, gerando maior fluxo para os hospitais da Companhia e fortalecendo sua marca junto à população local. Por fim, serão feitos investimentos em equipamentos de alta tecnologia, para manter o alto padrão de qualidade de nossos hospitais e reforçar nosso posicionamento junto ao corpo clínico como prestador de serviço de referência.

Aquisições de hospitais e demais estabelecimentos de saúde em mercados selecionados também são uma parte essencial da estratégia de crescimento da Companhia. Nesse sentido, a Companhia busca hospitais e demais estabelecimentos de saúde que complementem suas operações nas regiões em que opera.

Para informações sobre os principais investimentos já realizados, veja o item 10.3, alínea (b) deste Formulário de Referência. As premissas levadas em consideração pela Companhia estão sujeitas a riscos e incertezas que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do que era esperado. Para mais informações sobre os riscos a que a Companhia está sujeita com relação à sua estratégia de crescimento por aquisições, veja o item 4.1 deste Formulário de Referência.

Ao longo do ano de 2022 e dos próximos exercícios, a Companhia deverá seguir investindo na expansão da sua estrutura e no desenvolvimento, permitindo o crescimento continuado de forma orgânica e também através de aquisições.

##### ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende continuar financiando suas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes (i) de suas atividades operacionais; (ii) de investimentos dos seus acionistas; e (iii) de empréstimos e financiamentos contraídos junto ao mercado financeiro e ao mercado de capitais.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

**c. Novos produtos e serviços, indicando:****i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

### 10.9 – Outros fatores com influência relevante

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a propagação da pandemia da COVID-19, que afetou as atividades econômicas e trouxe riscos à saúde pública em escala global. A determinação do isolamento social e a recomendação de suspensão das cirurgias eletivas levaram ao esvaziamento dos consultórios e centros cirúrgicos. A redução na realização de procedimentos eletivos aumentou a disponibilidade de leitos da Companhia, que foram utilizados no amplo e irrestrito tratamento aos pacientes infectados com a COVID-19.

Ao longo do exercício social de 2020, a Companhia observou um forte aumento dos custos associados a materiais e equipamentos de proteção individual (EPIs), frente ao aumento de preços causado pela pandemia. Outro grande desafio enfrentado foi o alto número de afastamentos de colaboradores do exercício de suas funções, acometidos pela COVID-19, o que gerou custos adicionais para a manutenção da escala e da assistência adequada aos pacientes.

Apesar do ritmo acelerado na vacinação da população Brasileira e consequente retomada a normalidade, a Companhia entende que novas variantes podem afetar novamente suas operações.